

Quadro Comparativo

Medida Provisória nº 1167/2023

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
	Altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 , para prorrogar a possibilidade de uso da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 , da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 , e dos art. 1º a art. 47-A da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011 .
	O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição , adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021	Art. 1º A Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 , passa a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 191. Até o decurso do prazo de que trata o inciso II do caput do art. 193, a Administração poderá optar por licitar ou contratar diretamente de acordo com esta Lei ou de acordo com as leis citadas no referido inciso, e a opção escolhida deverá ser indicada expressamente no edital ou no aviso ou instrumento de contratação direta, vedada a aplicação combinada desta Lei com as citadas no referido inciso.	“Art. 191. Até o decurso do prazo de que trata o inciso II do caput do art. 193, a Administração poderá optar por licitar ou contratar diretamente de acordo com esta Lei ou de acordo com as leis citadas no referido inciso, desde que:
	I - a publicação do edital ou do ato autorizativo da contratação direta ocorra até 29 de dezembro de 2023; e
	II - a opção escolhida seja expressamente indicada no edital ou no ato autorizativo da contratação direta.”
Parágrafo único. Na hipótese do caput deste artigo, se a Administração optar por licitar de acordo com as leis citadas no inciso II do caput do art. 193 desta Lei, o contrato respectivo será regido pelas regras nelas previstas durante toda a sua vigência.	§ 1º Na hipótese do caput ^, se a Administração optar por licitar de acordo com as leis citadas no inciso II do caput do art. 193 ^, o respectivo contrato será regido pelas regras nelas previstas durante toda a sua vigência.
	§ 2º É vedada a aplicação combinada desta Lei com as citadas no inciso II do caput do art. 193.” (NR)
Art. 193. Revogam-se:	“Art. 193.
II - a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 , a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 , e os arts. 1º a 47-A da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011 , após decorridos 2 (dois) anos da publicação oficial desta Lei.	II - em 30 de dezembro de 2023:
	a) a Lei nº 8.666, de 1993 ;
	b) a Lei nº 10.520, de 2002 ; e
	c) os art. 1º a art. 47-A da Lei nº 12.462, de 2011 .” (NR)
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021	Art. 2º Fica revogado o parágrafo único do art. 191 da Lei nº 14.133, de 2021 .
Parágrafo único. Na hipótese do caput deste artigo, se a Administração optar por licitar de acordo com as leis citadas no inciso II do caput do art. 193 desta Lei, o contrato respectivo será regido pelas regras nelas previstas durante toda a sua vigência.	
	Art. 3º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

 Texto alterado
 Texto revogado
 abc Texto excluído
 ^ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo